

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

O DIREITO NA HISTÓRIA LIÇÕES INTRODUTÓRIAS

7.
edição

revista e
atualizada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.08.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré
Barueri – SP – 06460-080
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

L853d

7. ed.

Lopes, José Reinaldo de Lima

O direito na história: lições introdutórias / José Reinaldo de Lima Lopes. – 7. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2023.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5977-373-2

1. Direito – Brasil – História. 2. Direito e história. I. Título.

22-79478

CDU: 34(09)(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



SUMÁRIO

1	SOBRE A HISTÓRIA DO DIREITO: SEUS MÉTODOS E TAREFAS.....	1
1	A história e a história do direito.....	1
2	Questões de método na história do direito.....	2
3	As tarefas da história do direito.....	6
4	Propósitos.....	9
2	O MUNDO ANTIGO, GRÉCIA E ROMA.....	11
1	O direito nos Impérios orientais.....	11
2	Grécia – a ruptura de uma <i>ilustração</i> no mundo antigo.....	13
2.1	As formas de resolução de controvérsias.....	17
2.2	A lei positiva – o centro do debate filosófico.....	19
3	Roma.....	21
3.1	Do período arcaico à idade clássica.....	22
3.2	O processo formular e o período clássico.....	25
	Primeiro caso: proteção da posse de boa-fé.....	28
	Segundo caso: obrigações.....	28
3.3	<i>Cognitio extra ordinem</i>	30
3.4	Os autores do direito romano: pretores e juristas.....	31
3.5	Fontes.....	34
3.6	Juristas e filosofia.....	35
3.7	O direito privado romano – casa e família.....	36
3	A ALTA IDADE MÉDIA.....	39
1	As invasões.....	40
2	A regressão.....	41
3	O direito nos reinos bárbaros.....	42
3.1	O direito costumeiro dos bárbaros.....	42
3.2	O direito romano dos bárbaros (<i>lex romana barbarorum</i>).....	44

4	Os Concílios e a Igreja	45
5	O direito medieval feudal	47
6	A propriedade rural.....	49
7	O direito inglês e sua origem feudal.....	51
4	O DIREITO CANÔNICO E A FORMAÇÃO DO DIREITO OCIDENTAL MODERNO	53
1	Introdução.....	53
2	A reforma gregoriana e a querela das investiduras.....	54
3	Episódios inglês e português	59
4	A formação do <i>Corpus Iuris Canonici</i>	61
5	O sentido e a importância política da burocracia nascente.....	64
6	As regras de competência e jurisdição	66
7	A formalização e a racionalização do processo.....	68
8	O processo inquisitorial.....	71
9	Contribuição da canonística para a teoria da pessoa jurídica.....	73
5	METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO E SUA HISTÓRIA: IDADE MÉDIA – A ESCOLÁSTICA	75
1	A universidade medieval e a recuperação da cultura clássica	75
2	A recuperação dos textos de direito	76
3	A escolástica como método – autoridade e disputa	78
3.1	Os textos do direito romano	78
3.1.1	O contexto dos juristas	79
3.2	As universidades.....	81
3.3	Programas	85
3.3.1	O ensino do direito e os textos do direito romano	86
3.4	Como se fazia o curso.....	86
3.4.1	Dos textos ao sistema.....	88
4	O paradigma dominante.....	90
4.1	O direito natural clássico.....	90
4.2	Glosadores, pós-glosadores, comentadores e humanistas.....	91
5	Os gêneros literários.....	94
6	Excursão: o direito comercial ou <i>ius mercatorum</i>	96
6	AS FILOSOFIAS MEDIEVAIS E O DIREITO	99
1	O contexto histórico de Tomás de Aquino (<i>Doctor angelicus</i>)	101

1.1	O ambiente intelectual.....	101
1.2	O ambiente político	103
1.3	Metafísica, antropologia e ética	104
	Metafísica tomista – ente e essência	104
	A antropologia – a deliberação e a vontade.....	106
	A ética.....	108
	O direito e a justiça.....	110
2	O nominalismo	119
2.1	O contexto histórico.....	119
2.2	Duns Scotus – o <i>doctor subtilis</i> (1266-1308)	121
	Os elementos teóricos – metafísica e epistemologia.....	121
	Direito e moral.....	121
2.3	Guilherme de Ockham – <i>inceptor venerabilis</i> (1290-1349).....	122
	Metafísica e epistemologia	122
	A moral, o direito.....	125
7	AS IDEIAS JURÍDICAS DO SÉCULO XVI AO SÉCULO XVIII: O DIREITO NATURAL MODERNO E O ILUMINISMO	129
1	A modernidade	130
2	O paradigma jusnaturalista.....	131
3	A escola de Salamanca.....	133
3.1	Francisco de Vitória (1480-1546).....	134
3.2	Francisco Suárez (1548-1617)	137
4	O jusnaturalismo da Europa do norte.....	137
4.1	Hugo Grócio (1583-1645).....	138
4.2	Os ingleses	140
	4.2.1 Thomas Hobbes (1588-1679).....	141
	4.2.2 John Locke (1632-1704).....	142
4.3	A escola prussiana.....	145
	4.3.1 Samuel Pufendorf (1632-1694)	145
	4.3.2 Johannes Althusius (1557-1638), Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), Christian Thomasius (1655-1728) e Christian Wolff (1679-1754).....	149
5	Os civilistas e o <i>usus modernus pandectarum</i>	150
6	O jusnaturalismo e a revolução	152
7	Direito natural e codificação	154

8	METODOLOGIA E ENSINO DO DIREITO: A MODERNIDADE.....	157
1	O declínio das universidades.....	157
2	A nova filosofia.....	159
2.1	O paradigma dominante – nasce o direito natural moderno	160
2.2	O gênero literário.....	162
2.3	O papel dos juristas.....	163
3	A revolução positivista.....	164
3.1	Gênero literário.....	167
3.2	O papel do jurista	167
3.3	O paradigma dominante – legalidade e voluntarismo.....	168
4	Reforma dos estatutos e do ensino jurídico no século XVIII e a tradição coimbrã no Brasil.....	169
9	O REGIME COLONIAL E O ANTIGO REGIME.....	171
1	Introdução.....	171
2	Administração: os cargos e ofícios públicos.....	173
3	Fazenda – a administração fiscal.....	179
4	Administração e fazenda no Antigo Regime – Inglaterra e França	186
4.1	Inglaterra: a revolução financeira.....	186
4.2	França: a venalidade total.....	187
5	Justiça.....	189
5.1	Estrutura judicial portuguesa.....	191
5.2	A estrutura judicial do Brasil colonial.....	194
6	As fontes do direito e as Ordenações Filipinas.....	199
10	AS FONTES: CONSTITUIÇÃO E CODIFICAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX.....	205
1	A Constituição.....	208
2	O Código Criminal	213
3	O Código do Processo Criminal	215
4	Código Comercial.....	218
5	Regulamento nº 737, de 1850 – o Processo Civil.....	221
5.1	O direito anterior: as Ordenações.....	221
5.2	O novo direito.....	223
6	As leis civis.....	226

11 AS INSTITUIÇÕES E A CULTURA JURÍDICA: BRASIL – SÉCULO XIX	233
1 As declarações de direitos e a Constituição	235
2 O Poder Moderador	237
3 O Conselho de Estado	242
4 A religião de Estado	245
5 O Poder Judiciário	247
6 A cultura jurídica	251
6.1 O que se disputa em juízo	251
6.2 Os juristas	254
6.3 Cursos jurídicos	255
6.4 Excurso: o direito comercial	261
7 A escravidão	262
7.1 O debate jurídico	265
8 A propriedade da terra	269
8.1 As sesmarias	270
8.2 Posse	272
8.3 Lei de Terras	273
12 DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XX: INOVAÇÕES REPUBLICANAS	277
1 Instituições e cultura na Primeira República (1889-1930)	277
2 O ensino jurídico	281
3 O trabalho	284
4 A justiça e o sistema legal	285
5 Reformas legislativas na Primeira República	288
6 As reformas da era Vargas	290
7 As constituições	293
7.1 Constituição de 1934	295
7.2 Carta de 1937	295
13 CONTRATO, PROPRIEDADE, PESSOA JURÍDICA	297
1 Os contratos	297
2 A propriedade	305
2.1 A propriedade como privilégio	305
2.2 A propriedade como direito natural e universal	308
3 Pessoa jurídica e sociedades	312
3.1 O longo caminho das sociedades para se tornarem pessoas	314

QUADRO CRONOLÓGICO	319
QUADRO CONSTITUCIONAL HISTÓRICO COMPARATIVO	331
BIBLIOGRAFIA	335
ÍNDICE REMISSIVO.....	357
ÍNDICE ONOMÁSTICO	365